

A Academia de Berlim no século XVIII, palco de uma curiosa disputa em torno do Princípio da Menor Acção

Augusto José dos Santos Fitas

«Tendo toda a Europa ficado alarmada com a perigosa querela sobre uma fórmula de álgebra, etc., as duas partes mais interessadas nesta guerra, desejando evitar uma efusão de tinta susceptível de, com o tempo, se tornar insuportável para todos os leitores, chegaram a um acordo de paz filosófica na matéria seguinte (...).»

É assim que começa o «Tratado de paz concluído entre o Sr. Presidente e o Sr. Professor», apresentado publicamente a 1 de janeiro de 1753 e que faz parte de um conjunto de oito panfletos, editados separadamente, a partir de novembro de 1752, e que Voltaire, em Abril de 1753, edita numa brochura única de 44 páginas sob o título de *História do doutor Akakia e do nativo de Saint-Malo*. Esta «perigosa querela» que, segundo Voltaire, teria feito verter rios de tinta, de facto existiu, fez correr alguma tinta e o assunto de que era alvo dizia respeito ao Princípio da Menor Acção, em particular à prioridade da sua descoberta. Apesar de o principal pretexto desta querela pública ter sido o que se acabou de indicar, rapidamente o embate, pela prática de todos os seus intervenientes, resvalou para as relações de poder entre as Academias, os seus patronos, os detentores efectivos do poder político, e o mundo particular da República das Letras. Na polémica em causa, intervieram, em campos opostos, Pierre-Louis de Maupertuis (1698-1759), Presidente da Academia das Ciências de Berlim, e Samuel Koenig (1712-1757) (matemático alemão que não ficará para a história, mas que, nesta história particular é uma personagem relevante), o primeiro foi acusado, pelo segundo, de plágio. Esta acusação e suas consequências mobilizou a República das Letras: na oposição ao Presidente da Academia, destacam-se os panfletos de Voltaire, entre outros a *História do doutor Akakia e do nativo de Saint-Malo*; na facção Maupertuis, pontificou Euler (1707-1783) – na altura o maior matemático vivo – que, além de repudiar a acusação de plágio, se empenhou em argumentação de natureza histórico-científica. Se numa primeira fase os actores principais foram Maupertuis, Koenig e Euler, numa segunda fase sobressaem Voltaire (1694-1778) e Frederico II (1712-1786), o monarca de cuja vontade dependera a refundação desta importante academia europeia.